

**HABEAS CORPUS Nº 512.384 - RJ (2019/0151428-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : JOSE EDUARDO DE CASTRO VARANDA  
**ADVOGADO** : JOSE EDUARDO DE CASTRO VARANDA - RJ209992  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : FELIPE PINTO DE FARIA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de FELIPE PINTO DE FARIA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação Criminal n. 0000941-53.2017.8.19.0032).

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 3 anos e 6 meses de reclusão em regime aberto, substituída por restritiva de direitos, pela prática de associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/06). Em apelação da acusação, o Tribunal *a quo*, em razão da reincidência do paciente, fixou o regime semiaberto e afastou a substituição da pena.

O impetrante afirma que as circunstâncias judiciais foram favoráveis, o que justifica a fixação do regime aberto. Também alega que a reincidência não é específica, permitindo a substituição da pena por medidas restritivas de direitos.

Requer a concessão da ordem nesse sentido, inclusive em liminar.

Indeferido o pedido liminar (fls. 152/153), o Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 156/159 pela denegação da ordem.

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Contudo, passo à análise dos autos para verificar a possível existência de ofensa à liberdade de locomoção do ora paciente, capaz de justificar a concessão da ordem de ofício.

De início, constato que a reincidência do paciente impede a fixação do regime aberto, nos termos do art. 33, § 2º, "c", do Código Penal (*o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início,*

*cumpri-la em regime aberto).*

No que diz respeito à substituição da pena por medidas restritivas de direitos, entendo que a condenação anterior por tráfico de drogas e a atual por associação para o tráfico indicam que o paciente continua envolvido nessa atividade criminosa, de maneira que a pretendida substituição não se mostra socialmente recomendável, nos termos do § 3º do art. 44 do Código Penal.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

